



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria do Planejamento e Gestão*

**Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das  
Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do  
Ceará- Programa para Resultados (*PforR*)**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE  
CONSULTORIA PARA A FORMULAÇÃO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO:  
PRODUTIVIDADE SETORIAL DO TRABALHO E INFLAÇÃO INTERNA.**

**Dezembro/2017**

# **TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA A FORMULAÇÃO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO: PRODUTIVIDADE SETORIAL DO TRABALHO E INFLAÇÃO INTERNA.**

## **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de empresa de consultoria especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados, visando o cálculo de indicadores de produtividade do trabalho setorial e de mercado de trabalho, mapeamento da dinâmica da economia cearense em relação ao Brasil e outras regiões, modelos de previsão para o PIB trimestral cearense (PIB total e atividades mais relevantes) e o desenvolvimento dos Índices de Inflação Interna e cálculo de série histórica desses indicadores a preços internos, referentes aos custos das Secretarias de Saúde, de Educação e de Segurança Pública e Defesa Social do Governo do Estado do Ceará.

## **2. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1 Objetivo Geral**

Desenvolver ferramentas de gestão que auxiliem o Governo do Estado do Ceará no seu processo de tomada de decisão, buscando:

- (i) Examinar o comportamento da produtividade cearense recente, mostrando o comportamento do ciclo econômico da economia do Ceará e sua relação com o ciclo agregado da economia brasileira e suas regiões, delineando as perspectivas de crescimento por meio de projeções do PIB trimestral do Ceará.
- (ii) Implementar metodologia de cálculo da inflação interna no Governo do Estado do Ceará visando mensurar, ao longo do tempo, a taxa de variação dos preços dos principais insumos utilizados no processo de funcionamento de áreas essenciais como Saúde, Educação, e Segurança Pública e Defesa Social,

visando dispor de índices de preços mais aderentes para monitorar custos com mais transparência e reajustar contratos; para avaliar a evolução dos principais custos internos e suportar a elaboração e acompanhamento do orçamento; e para mitigar o desequilíbrio econômico financeiro dos contratos, o que reduz riscos e incertezas entre os contratantes, possibilitando a realização de transações de maior duração.

## **2.2 Objetivos Específicos**

Quanto à ferramenta de análise da produtividade setorial do trabalho da economia cearense:

- Examinar o comportamento da produtividade cearense e como mudanças estruturais influenciaram na produtividade agregada da economia bem como no desempenho setorial do estado;
- Mapear o ciclo econômico da economia cearense e sua relação com o ciclo agregado da economia brasileira e suas regiões;
- Desenvolver modelos de previsão para o PIB trimestral cearense ( PIB total e atividades mais relevantes), relacionando-o à dinâmica do PIB trimestral do Brasil.

Quanto à ferramenta de análise da inflação interna:

- Determinar o sistema de pesos (i.e., a estrutura hierárquica de agregação dos itens que serão componentes da cesta que se pretende medir e os seus respectivos pesos relativos) e o sistema de preços (i.e., a metodologia e o procedimento de levantamento e apuração periódica das variações de seus preços), para delinear um sistema de cálculos periódicos de inflação interna adaptada à realidade do Governo do Estado do Ceará, especificamente nas áreas de Saúde, Educação, e Segurança Pública e Defesa Social;
- Calcular a série histórica dos Índices de Inflação Interna (por área e geral).

### 3. ANTECEDENTES E CONTEXTO

O estado do Ceará tem experimentado, nos últimos anos, avanço significativo de sua economia. O dinamismo da economia regional permitiu avanços na geração de emprego e renda, contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população cearense. Para continuar o processo de avanço do Ceará se faz necessário traçar estratégias de longo prazo que estimulem a confiança dos agentes econômicos.

Nessa linha, é de suma importância que o Estado continue a investir no avanço da gestão pública, pois, um governo bem administrado, comprometido com os reais interesses da sociedade, que planeja cautelosamente suas ações, e que propõe políticas bem desenhadas, inovadoras e efetivas fornece um *benchmark* importante para a sociedade. Por outro lado, um governo lento, burocrático, ineficiente e que utiliza mal os recursos disponíveis fornece uma péssima referência para os demais agentes, de tal forma que a sua inoperância acaba afetando negativamente a economia e o bem-estar da sociedade.

É importante ressaltar que ao longo dos últimos 30 anos o Estado do Ceará já vem passando por um amplo processo de modernização de sua gestão, contando para isso com o importante apoio do Banco Mundial. No caso, no âmbito das operações SWAp I, SWAp II, e PforR, várias iniciativas foram implementadas neste sentido. Dentre as mais recentes podem ser citadas, por exemplo, as seguintes: (i) apoio para o fortalecimento da Gestão por Resultados, incluindo mecanismos de coordenação intersetorial; (ii) desenvolvimento de metodologias para planejamento e avaliação dos projetos estratégicos de investimentos do poder executivo do Estado do Ceará; (iii) concepção e implementação de metodologia de planejamento de investimentos; e (iv) fortalecimento da participação do cidadão no planejamento e monitoramento das políticas públicas.

Neste ponto, torna-se também importante enfatizar que, por trás da ideia de se avançar na gestão pública no Estado está um amplo processo, em que se verifica um movimento crescente do Governo em direção à obtenção de resultados transformadores em uma perspectiva de médio e longo prazo, o que

está diretamente ligado à busca por maiores níveis de efetividade das políticas públicas.

Assim, em um contexto de crescente pressão por parte da sociedade para que o Governo ofereça, com eficiência e transparência, serviços e produtos que, de fato, transformem sua realidade, faz sentido investir em uma gestão pública moderna e inteligente, isto é, uma gestão que utiliza dados e informações de forma sistêmica e organizada, buscando embasar estratégias do governo e direcionar suas intervenções e recursos de forma consistente, levando em consideração os objetivos que persegue.

Nesse sentido, muitas vezes uma gestão inteligente precisa desenvolver ferramentas específicas para auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão. Em particular, esses instrumentos de auxílio à gestão são criados para lidar com questões técnicas complexas, para as quais as metodologias tradicionais de análise não são capazes de dar respostas adequadas.

Então, duas ferramentas de gestão específicas e que requerem estudos especializados para o seu desenvolvimento são apresentadas no presente termo de referência, quais sejam: (i) a análise da produtividade setorial do trabalho da economia cearense, fatores condicionantes de sua dinâmica e modelos de previsão do PIB do Estado, e (ii) a implementação de metodologia de cálculo da inflação interna nas áreas de saúde, educação, e segurança pública e defesa social. Como será mais bem detalhado a seguir, essas ferramentas são bastante relevantes para o Governo do Estado do Ceará, pois, serão utilizadas para a definição de estratégias e para o desenvolvimento da gestão estadual e de seus processos decisórios.

### **3.1 Produtividade Setorial do Trabalho da Economia Cearense**

A produtividade é definida como a capacidade de produzir mais com os mesmos recursos, e se constitui na primeira e mais importante fonte do crescimento econômico de um país. A segunda fonte é o investimento em máquinas, instalações, software e infraestrutura, mas isso não terá maior

importância para gerar crescimento se não houver ganhos de produtividade. A terceira fonte é a incorporação de mão de obra ao processo produtivo, que eleva o potencial de crescimento do PIB, mas tal contribuição será tanto maior quanto mais elevada for sua produtividade. Esta, por seu turno, depende da qualificação do trabalhador, da tecnologia e do ambiente de trabalho. Nesse contexto a educação, que eleva o nível de qualificação da população, torna-se uma variável crucial para o entendimento da produtividade do trabalho e do crescimento econômico.

O efeito da educação sobre o crescimento econômico tem sido objeto de diversos estudos desde o final da década de cinquenta. Os estudos mostram que educação é um dos principais determinantes do crescimento econômico. De fato, alguns dos países que mais cresceram nas últimas décadas, Coreia do Sul, Hong Kong e Cingapura, aparecem regularmente no topo das avaliações internacionais do nível de aprendizagem dos estudantes.

Além disso, uma mão de obra mais qualificada aumenta a capacidade de inovação na economia e favorece não apenas o surgimento de novas tecnologias, como também facilita a absorção de inovação na economia e favorece o surgimento de novas tecnologias.

Nesse sentido, o fraco crescimento econômico da América Latina em comparação aos países do Sudeste Asiático pode ser explicado pela baixa qualidade da educação, mesmo com o aumento dos indicadores de acesso à escola.

De fato, diversos estudos realizados para o Brasil mostram que a produtividade do trabalho brasileira é baixa em comparação com os países desenvolvidos e mesmo em relação a alguns países da América Latina, como o Chile. Além disso, após um período de convergência para a produtividade dos Estados Unidos no pós-guerra, a produtividade brasileira cresceu pouco desde 1980, o que reverteu a trajetória de convergência para a fronteira tecnológica. (ver Gomes et al. (2003), Ferreira e Veloso (2013), Bonelli e Fontes (2013), Bonelli e Bacha (2013) e Barbosa Filho e Pessôa (2014)).<sup>1</sup>

1 BONELLI, R; BACHA, E. "Crescimento Brasileiro Revisitado". In: VELOSO, F.; FERREIRA, P.; GIAMBIAGI, F.; PESSÔA, S. (Orgs.). Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva

Nesse contexto, de fim do bônus demográfico, para que o País possa crescer além de 1% ao ano, que é a taxa de expansão da população em idade de trabalhar, a produtividade do trabalho tem que aumentar. Cálculos de Bonelli e Fontes (2013) mostram que para o Brasil crescer consistentemente à taxa anual de 3%, por exemplo, a produtividade do trabalho terá que se elevar à taxa de 2% ano.

A literatura recente também tem enfatizado a importância de analisar o comportamento da produtividade do trabalho em diferentes setores da economia para entender a evolução da produtividade agregada (ver Duarte e Restuccia (2010), McMillan e Rodrik (2011), e Rodrik (2016))<sup>2</sup>.

Em particular, argumenta-se que algumas das atividades que compõem o setor de serviços (os chamados serviços tradicionais) são menos dinâmicos que segmentos da indústria de transformação e do próprio setor de serviços (serviços modernos). Na medida em que o setor de serviços tende a absorver a maior parcela do emprego ao longo do processo de desenvolvimento, a evolução da sua produtividade torna-se determinante para a dinâmica da produtividade agregada.

Em relação à evolução da produtividade setorial brasileira, Veloso, Matos e Coelho (2014)<sup>3</sup> mostram que, por trás do baixo crescimento da produtividade agregada brasileira desde 1995, existe grande heterogeneidade na trajetória das produtividades do trabalho nos três grandes setores da

Brasileira. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, p. 236-262, 2013. BONELLI, R; FONTES, J. "O Desafio Brasileiro no Longo Prazo". In: BONELLI, R.; PINHEIRO, A. (Orgs.). Ensaio IBRE de Economia Brasileira I. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 249-278, 2013. GOMES, V.; PESSÔA, S.; VELOSO, F. "Evolução da Produtividade Total dos Fatores na Economia Brasileira: Uma Análise Comparativa". Pesquisa e Planejamento Econômico, 33 (3), p. 389-434, 2003. FERREIRA, P.; VELOSO, F. "O Desenvolvimento Econômico Brasileiro no Pós-Guerra", In: VELOSO, F.; FERREIRA, P.; GIAMBIAGI, F.; PESSÔA, S. (Orgs.). Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, p. 129-165, 2013. BARBOSA FILHO, F.; PESSÔA, S. "Pessoal Ocupado e Jornada de Trabalho: Uma Releitura da Evolução da Produtividade no Brasil". Revista Brasileira de Economia, 68 (2), p. 149-169, 2014.

2 DUARTE, M.; RESTUCCIA, D. "The Role of the Structural Transformation in Aggregate Productivity". Quarterly Journal of Economics, 125 (1), p. 129-173, 2010. MCMILLAN, M.; RODRIK, D. "Globalization, Structural Change, and Productivity Growth." NBER Working Paper, n. 17143, 2011. RODRIK, D. "Premature Deindustrialization". Journal of Economic Growth 21 (1), p. 1-33, 2016.

3 VELOSO, F. A.; MATOS, S.; COELHO, B. Produtividade do trabalho no Brasil: uma análise setorial. In: Fernando Veloso; Regis Bonelli. (Org.). Ensaio IBRE de economia brasileira - II. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2014, v. 1, p. 75-107.

economia. Enquanto a produtividade da agropecuária cresceu a taxas elevadas entre 1995 e 2012 (5,7% a.a.), a indústria teve queda da produtividade (-0,3% a.a.) e o setor de serviços teve um pequeno avanço (0,4% a.a.).

Outro ponto de mereça destaque é a relação entre educação e produtividade do trabalho setorial. Para o setor de serviços, Cavalcanti, Veloso, Matos e Coelho (2017)<sup>4</sup> mostraram que a escolaridade no setor de serviços no Brasil, embora tenha evoluído positivamente no passado recente, ainda está muito abaixo daquela observada nos países desenvolvidos e mesmo de muitos países em desenvolvimento. Mais ainda, esta produtividade é inferior àquela esperada para países com distribuição de escolaridade semelhante à brasileira. Isto é especialmente preocupante porque o setor de serviços é bastante intensivo no fator trabalho e, portanto, baixa escolaridade e baixíssima eficiência têm impacto muito grande na produtividade e crescimento do setor e no agregado da economia.

À luz dos estudos realizados para o Brasil e para outros países, é muito importante entender o comportamento regional da produtividade setorial do trabalho. A literatura econômica tem mostrado que transformações estruturais e setoriais são uma importante fonte de crescimento econômico nos países (Maddison, 1987)<sup>5</sup>, então a análise da evolução da produtividade, e seus condicionantes, é crucial para o entendimento da performance setorial em um determinado país e conseqüentemente de uma região. Por tal razão é importante determinar o comportamento da produtividade cearense e como mudanças estruturais influenciaram na produtividade agregada da economia bem como no desempenho setorial do estado;

Além de entender o comportamento da produtividade cearense é importante verificar o ciclo econômico da economia cearense e sua relação com o ciclo agregado da economia brasileira e suas regiões. Entre as perguntas a serem respondidas estão:

4 CAVALCANTI, P., VELOSO, F., MATOS, S. e COELHO, B. (2017) Produtividade do Setor de Serviços no Brasil: Um Estudo Comparativo. (disponível em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17920/Produtividade\\_do\\_Setor\\_d\\_e\\_Servi%C3%A7os\\_no\\_Brasil\\_Um\\_Estudo\\_Comparativo.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17920/Produtividade_do_Setor_d_e_Servi%C3%A7os_no_Brasil_Um_Estudo_Comparativo.pdf))

5 MADDISON, A. (1987), "Growth and slowdown in advanced capitalist economies: techniques of qualitative assessment", *Journal of Economic Literature*, Vol. 25, No. 2, pp. 649–698.



- A diferença entre os ciclos é explicada apenas pela composição setorial do crescimento do Ceará, ou há também um comportamento setorial distinto entre o Ceará, o Brasil e outras regiões brasileiras?<sup>6</sup>
- Qual é o papel da produtividade setorial do trabalho na economia cearense e seus desdobramentos no comportamento dos principais setores?

As respostas das perguntas acima são essenciais para o desenvolvimento de modelos de previsão para o PIB trimestral cearense (PIB total e suas atividades mais relevantes). Mapeadas as características mais importantes do ciclo econômico do Ceará, é importante delinear as perspectivas de crescimento para o estado à luz da economia brasileira, destacando qual deverá ser o desempenho das atividades econômicas mais relevantes dentro da indústria e dos serviços. Nesse sentido, os modelos de previsão devem contemplar não apenas o cenário macroeconômico brasileiro, mas também variáveis estruturais locais, com destaque para o desempenho da produtividade setorial.

### **3.2 Inflação Interna**

Diante da necessidade de se ter atualmente uma gestão pública moderna e inteligente, conforme foi descrito anteriormente, considera-se, também, essencial que o Governo do Estado seja cada vez mais eficiente, pois, há a premência de se utilizar cada vez melhor os recursos disponíveis tanto para fazer face às restrições financeiras existentes como para lidar com o aumento dos custos de prestação de vários serviços públicos.

Diante disso, é importante considerar que a administração pública estadual tem apresentado uma necessidade de melhorar o controle de suas despesas para gerar informações que subsidiem as decisões de seus gestores e, assim, conduzam à alocação mais eficiente dos recursos públicos.

<sup>6</sup> A extensão da análise comparativa regional dependerá da disponibilidade de dados regionais e estaduais de alta frequência.

Assim, nesse sentido, o Governo do Estado, por meio do Grupo Técnico de Custos (GTCustos), composto por representantes da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) e da Secretaria da Educação (SEDUC), vem fazendo um esforço no sentido de desenvolver um sistema de custos.

Até o momento, o GTCustos desenvolveu as bases metodológicas que serão utilizadas na implantação do Sistema de Custos do Estado do Ceará, considerando tanto a literatura técnica sobre o assunto como experiências práticas implantadas em outros entes federados. Com base nessas investigações, verificou-se que será necessário tratar as informações orçamentárias do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR) para que o maior número possível de informações úteis de custos possa ser extraído.

Ao final desse processo, espera-se que o sistema de custos possa oferecer: em primeiro lugar, o custo efetivo segregado pelos departamentos pertencentes à estrutura administrativa do Governo, evidenciando o custo real de cada departamento para funcionamento de uma unidade gestora; em seguida, pode-se aprofundar e comparar o custo de serviços específicos prestados por departamento, considerando todas as unidades (ou centros de custo) da administração pública que entregam serviços públicos à população.

Além dessa iniciativa, o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), implementou, em 2016, o Painel das Compras Estaduais, que considera as aquisições finalizadas pelas 820 unidades contratantes da administração pública estadual.

Mais especificamente, o Painel das Compras é composto por indicadores de performance, na forma de tabelas e gráficos, elaborados com base nos itens adjudicados nas contratações dos órgãos, entidades e unidades de ensino do Governo do Estado, disponíveis no sistema de gestão de compras - Licitaweb.

A iniciativa tem como principais objetivos:

- Subsidiar a gestão estratégica das compras estaduais;
- Permitir melhor acompanhamento das políticas públicas, a exemplo: do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas e da Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar; e
- Ampliar a transparência nos gastos dos órgãos e entidades com suas aquisições e contratações.

Então, diante das iniciativas que vem sendo implementadas (ou que estão em fase de implementação) pelo Governo do Estado, descritas acima, cogita-se se é possível ampliar ainda mais o sistema de informações referentes às despesas para se ter mais subsídios para a melhor alocação dos recursos públicos.

No caso, tem-se, por exemplo, que o Painel das Compras Estaduais conta com um módulo que apresenta indicadores sobre itens adjudicados para aquisições por registro de preços. Entende-se, também, que o Sistema de Custos do Estado do Ceará, quando estiver plenamente em funcionamento, deverá utilizar informações referentes aos preços dos diversos insumos utilizados pelos centros de custos definidos para o sistema.

Então, nesse contexto, seria bastante relevante poder mensurar a Inflação Interna, isto é, a taxa de variação dos preços dos principais insumos utilizados no processo de funcionamento do Governo do Estado ao longo do tempo.

Por definição, um índice de inflação é a medida síntese resultante de um extenso processo de agregação do movimento dos preços de determinada cesta de bens, em certo período de tempo. Um índice de inflação interna, por sua vez, possui uma estrutura de pesos baseada nos custos mais relevantes do empreendimento e mede a evolução de preços de um conjunto fixo de produtos e serviços representativos do universo que se pretende examinar ao longo do tempo, a preços correntes.

Geralmente é atribuído o valor de 100 para o período de referência inicial, chamado de data base, e os valores do índice nos próximos períodos

são atualizados de acordo com a média das variações relativa dos preços unitários.

Os índices de preços estão sujeitos a fortes influências de grande número de fatores e por mais cuidadosa que seja sua elaboração, devem ser considerados como medidas aproximadas das variações de preços. Algumas medidas podem ser tomadas para aumentar a exatidão do índice, tais como:

- Atualizações periódicas das ponderações do índice, visando introduzir as modificações estruturais de gastos de maneira contínua na estrutura de pesos;
- Aferição periódica de uma amostra representativa de preços para os itens elementares da estrutura do índice de forma a se obter uma melhor estimativa da variação agregada de preços.

Existem dois tipos principais de índices de Inflação Interna: Inflação Interna a preços internos e Inflação Interna a preços de mercado. O primeiro mede a evolução dos preços praticados nas próprias aquisições e transações feitas pelo empreendimento. Já o segundo tem por função medir a evolução dos preços de mercado daqueles insumos considerados como os mais relevantes na estrutura de custos do empreendimento.

Os índices de inflação interna são amplamente utilizados para dar suporte às decisões estratégicas do empreendimento, seja ele público ou privado, pois, sintetizam a evolução dos preços mais relevantes para aquele negócio através de indicadores simples e consistentes, além de auxiliar os gestores a compreender o impacto de cada item nos seus custos totais, tornando-se assim uma poderosa ferramenta de gestão.

O desenvolvimento e o acompanhamento de um índice de inflação interna possibilitam ao gestor obter uma base de dados tecnicamente consistente e confiável, capaz de propiciar, além do registro histórico da evolução de preços dos itens de custos relevantes, maior segurança na tomada de decisões estratégicas sobre os diversos tipos de gastos.

Quando os Índices de Inflação a preços internos são combinados com os Índices de Inflação a preço de mercado, obtém-se uma ferramenta de gestão ainda mais valiosa, capaz de comparar a evolução dos preços praticados internamente com os preços praticados em um mercado de referência (região, país, etc.), possibilitando aos gestores distinguir entre variações de preços decorrentes de fatores de mercado e variações decorrentes de fatores internos.

Portanto, diante do exposto, verifica-se a pertinência da contratação de empresa de consultoria para implementação de metodologia de cálculo da inflação interna do Governo do Estado do Ceará, de forma a ampliar o seu sistema de informações gerenciais visando a melhor alocação dos recursos públicos.

Uma ressalva importante é que, em decorrência da amplitude da estrutura administrativa do Governo do Estado, e da grande quantidade de dados, sugere-se que o projeto restrinja-se nessa etapa a algumas unidades administrativas que apresentem grande relevância no que se refere às despesas totais do Poder Executivo estadual. Assim, o projeto deverá ser desenvolvido prioritariamente nas seguintes secretarias: saúde, educação, e segurança pública e defesa social.

#### **4. PRODUTOS E ATIVIDADES**

O projeto será desenvolvido em etapas compostas por diversos produtos e atividades, de acordo com as duas ferramentas a serem desenvolvidas.

Vale salientar que antes de serem iniciadas as atividades referentes a cada ferramenta, deverá ser realizada uma reunião presencial para o ajustamento do plano de trabalho e demais deliberações acerca do projeto.

#### **4.1 Ferramenta de análise da produtividade (P):**

Para o desenvolvimento dessa ferramenta serão gerados os seguintes produtos:

- **Produto P.1.1:** Cálculo da produtividade setorial do trabalho e indicadores condicionantes para a análise do desempenho setorial da economia cearense – Relatório Parcial;
- **Produto P.1.2:** Cálculo da produtividade setorial do trabalho e indicadores condicionantes para a análise do desempenho setorial da economia cearense – Relatório Final;
- **Produto P.1.3:** Treinamento e apostila de treinamento para a capacitação do uso do produto P.1.2;
- **Produto P.2.1:** Mapeamento da dinâmica da economia cearense em relação ao Brasil e outras regiões – Relatório Parcial;
- **Produto P.2.2:** Mapeamento da dinâmica da economia cearense em relação ao Brasil e outras regiões – Relatório Final;
- **Produto P.2.3:** Treinamento e apostila de treinamento para a capacitação do uso do produto P.2.2;
- **Produto P.3.1:** Perspectivas para a economia cearense: previsões para o PIB trimestral do Ceará – Relatório Parcial;
- **Produto P.3.2:** Perspectivas para a economia cearense: previsões para o PIB trimestral do Ceará – Relatório Final;
- **Produto P.3.3:** Treinamento e apostila de treinamento para a capacitação do uso do produto P.3.2;

Para a realização desses produtos serão necessárias várias atividades divididas em etapas:

- **Etapa P.1:** Consiste na elaboração dos produtos P.1.1 e P.1.2 envolvendo as seguintes atividades:
  - i. Definição da metodologia mais adequada, considerando as especificidades da economia do Ceará, sobretudo, a qualidade dos dados disponíveis;
  - ii. Início da elaboração de banco de dados;
  - iii. Reunião (skype ou presencial) entre a empresa contratada e o grupo técnico do IPECE;
  - iv. Elaboração de relatório parcial (P.1.1) com a descrição das atividades acima (i. a iii.) realizadas;
  - v. Entrega do relatório final (Produto P.1.2);
  - vi. Reunião presencial entre a empresa contratada e o grupo técnico do IPECE para capacitação do uso do produto P.1.2.
  
- **Etapa P.2:** Consiste na elaboração dos produtos P.2.1 e P.2.2 envolvendo as seguintes atividades:
  - i. Definição da metodologia mais adequada, considerando as especificidades da economia do Ceará, sobretudo, a qualidade dos dados disponíveis;
  - ii. Início da elaboração de banco de dados;
  - iii. Reunião (skype ou presencial) entre a empresa contratada e o grupo técnico do IPECE;
  - iv. Elaboração de relatório parcial (produto P.2.1) com a descrição das atividades acima (i. a iii.) realizadas;
  - v. Entrega do relatório final (produto P.2.2);
  - vi. Reunião presencial entre a empresa contratada e o grupo técnico do IPECE para capacitação do uso do Produto P.2.2.
  
- **Etapa P.3:** Consiste na elaboração dos produtos P.3.1 e P.3.2 envolvendo as seguintes atividades:
  - i. Definição da metodologia mais adequada, considerando as especificidades da economia do Ceará, sobretudo, a qualidade dos dados disponíveis;
  - ii. Início da elaboração de banco de dados;
  - iii. Reunião (skype ou presencial) entre a empresa contratada e o grupo técnico do IPECE;
  - iv. Elaboração de relatório parcial (produto P.3.1) com a descrição das atividades acima (i. a iii.) realizadas;
  - v. Entrega do relatório final (produto P.3.2);
  - vi. Reunião presencial entre a empresa contratada e o grupo técnico do IPECE para capacitação do uso do Produto P.3.2.

#### **4.2 Ferramenta de mensuração da inflação interna (I):**

Para o desenvolvimento dessa ferramenta serão gerados os seguintes produtos:

- **Produto I.1:** Relatório Parcial 1;
- **Produto I.2:** Relatório Parcial 2;
- **Produto I.3:** Relatório de Metodologia;
- **Produto I. 4:** Relatório Final.
- **Produto I.5:** Treinamento e apostila de treinamento para a capacitação do uso da Ferramenta de mensuração da inflação interna.

Para a realização desses produtos serão necessárias várias atividades divididas em etapas:

- **Etapa I.1:** Organização e levantamentos preliminares:
  - i. Apresentação dos coordenadores e responsáveis pelos setores que serão envolvidos nos levantamentos e no apoio ao longo do desenvolvimento do projeto;
  - ii. Contato com as Secretarias do Governo do Estado do Ceará para definição de critérios para levantamento dos dados, tais como: formatação da documentação, nível de abertura das informações, especificações e prazos para envio dos dados;
  - iii. Levantamento e envio dos dados pelas Secretarias do Governo do Estado do Ceará.
- **Etapa I.2:** Crítica e aceite dos dados:
  - i. Crítica dos dados recebidos e, caso necessário, retorno aos representantes das Secretarias do Governo do Estado do Ceará para orientações e adequações aos critérios estabelecidos;
  - ii. Aceite formal da base de dados recebida pela consultoria.
- **Etapa I.3:** Definição do Sistema de Pesos:
  - i. Definição da estrutura de agregação dos índices. O índice de inflação interna deverá observar as características da estrutura organizacional do governo, permitindo o cálculo, para diversas finalidades ou níveis desta estrutura.



- ii. Definição dos pesos dos grupamentos e seus respectivos itens.
- **Etapa I.4:** Definição da Metodologia de Cálculo dos Índices e identificação dos procedimentos de levantamento dos dados para o cálculo da série histórica do Índice de Inflação Interna a Preços Internos:
  - i. Após definida a estrutura de pesos do índice – sistema de pesos, deverá ser estabelecida a metodologia de cálculo mais apropriada e será, ainda, definido como serão obtidas as informações de preços pagos pelas secretarias de estado, que permitirão calcular a série histórica dos índices de inflação interna a preços internos. A continuidade do cálculo destes indicadores deverá ser objeto de uma proposta complementar.
- **Etapa I.5:** Viabilidade do cálculo dos Índices de Inflação Interna a Preços de Mercado:
  - i. Identificação da viabilidade do sistema de preços para o cálculo dos indicadores a preços de mercado. Caso viável, o cálculo periódico destes indicadores será objeto de uma proposta complementar;
  - ii. Reunião presencial entre a empresa contratada e o grupo técnico do IPECE para capacitação do uso da Ferramenta de mensuração da inflação interna.

## 5. RESULTADOS E PRODUTOS ESPERADOS

### 5.1 Ferramenta de análise da produtividade (P):

Para cada atividade relacionada à ferramenta da produtividade deverão ser entregues os produtos já mencionados, vinculados aos respectivos desembolsos financeiros:

Produto	Prazo	Total Acumulado	Percentual de Pagamento da Ferramenta da Produtividade
<b>Etapa P.1</b>			
<b>Produto P.1.1:</b> Cálculo da produtividade setorial do trabalho e indicadores condicionantes para a análise do desempenho setorial da economia cearense – Relatório Parcial	30 dias	30 dias	7%
<b>Produto P.1.2:</b> Cálculo da produtividade setorial do trabalho e indicadores condicionantes para a análise do desempenho setorial da economia cearense – Relatório Final	20 dias	50 dias	16%

<b>Produto P.1.3:</b> Treinamento e apostila de treinamento para a capacitação do uso do produto P.1.2	4 dias	54 dias	4%
<b>Etapa P.2</b>			
<b>Produto P.2.1:</b> Mapeamento da dinâmica da economia cearense em relação ao Brasil e outras regiões – Relatório Parcial	30 dias	84 dias	7%
<b>Produto P.2.2:</b> Mapeamento da dinâmica da economia cearense em relação ao Brasil e outras regiões – Relatório Final	10 dias	94 dias	10%
<b>Produto P.2.3:</b> Treinamento e apostila de treinamento para a capacitação do uso do produto P.2.2	3 dias	97 dias	3%
<b>Etapa P.3</b>			
<b>Produto P.3.1:</b> Perspectivas para a economia cearense: previsões para o PIB trimestral do Ceará – Relatório Parcial	30 dias	127 dias	7%
<b>Produto P.3.2:</b> Perspectivas para a economia cearense: previsões para o PIB trimestral do Ceará – Relatório Final.	20 dias	147 dias	10%
<b>Produto P.3.3:</b> Treinamento e apostila de treinamento para a capacitação do uso do produto P.3.2	3 dias	150 dias	3%
Total	150 dias	150 dias	67%

## 5.2 Ferramenta da inflação interna (I):

Para cada atividade relacionada à ferramenta da inflação interna deverão ser entregues os produtos já mencionados, vinculados aos respectivos desembolsos financeiros:

Produto	Prazo	Total	Percentual de Pagamento da Ferramenta da Inflação Interna
<b>Etapas I.1 e I.2</b>			
<b>Produto I.1:</b> Relatório Parcial 1 contendo a descrição detalhada das atividades realizadas; os dados e informações disponíveis e o seu nível de abertura; os dados efetivamente coletados e adequações efetuadas; e a crítica e validação da base de dados recebida pela consultoria.	45 dias	45 dias	7%
<b>Etapa I.3</b>			
<b>Produto I.2:</b> Relatório Parcial 2 contendo a	40 dias	85 dias	7%

descrição detalhada das atividades realizadas e a definição do Sistema de Pesos (definição da estrutura de agregação dos índices e Definição dos pesos dos agrupamentos e seus respectivos itens).			
<b>Etapa I.4</b>			
<b>Produto I.3:</b> Relatório de Metodologia, contendo a estrutura de ponderação, a metodologia de cálculo e a viabilidade do cálculo do índice de inflação interna a preços de mercado.	30 dias	115 dias	7%
<b>Etapa I.5</b>			
<b>Produto I.4:</b> Relatório Final, contendo todos os produtos anteriores e a série histórica do índice de inflação interna a preços internos.	30 dias	145 dias	9%
<b>Produto I.5:</b> Treinamento e apostila de treinamento para a capacitação do uso da Ferramenta de mensuração da inflação interna.	5 dias	150 dias	3%
Total	150 dias	150 dias	33%

Observações:

- a) Todos os produtos entregues pela empresa de consultoria deverão estar escritos em português brasileiro;
- b) Os relatórios parciais e finais devem ser entregues impressos em 02 (duas) vias e mídia digital;

## 6. PRAZO DE EXECUÇÃO

O projeto deverá ser concluído em **5 meses (150 dias)** após a assinatura do contrato, incluindo dias úteis, finais de semana e feriados de acordo com os prazos estabelecidos no cronograma de entrega de produtos.

## 7. ESPECIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DA EQUIPE-CHAVE

A equipe-chave da empresa consultora deverá ser composta pelos seguintes profissionais, seguindo os requisitos mínimos abaixo:

<b>Profissional</b>	<b>Formação</b>	<b>Experiência</b>
01 (um) Coordenador Geral	Nível Superior em Economia.	Experiência mínima de 07 anos em atividades relacionadas aos produtos do presente termo de referência.
03 (três) Especialistas I	Nível Superior em Economia.	Experiência mínima de 05 anos em atividades relacionadas aos produtos da ferramenta de produtividade constantes no presente termo de referência.
03 (três) Especialistas II	Nível Superior em Economia ou áreas correlatas.	Experiência mínima de 05 anos em atividades relacionadas aos produtos da ferramenta de inflação interna constantes no presente termo de referência.

Observação: Todos os profissionais da equipe-chave da empresa de consultoria contratada deverão possuir fluência em português.

## **8. EQUIPE DE APOIO SUGERIDA**

04 (quatro) Assistentes de Pesquisa com a função de auxiliar a Equipe-Chave na coleta, manuseio e tratamento dos dados do Projeto.

## **9. INSUMOS DISPONÍVEIS**

Serão disponibilizados para os contratados os seguintes insumos para a execução do projeto:

- i. Espaço físico no IPECE para reuniões dos consultores com o grupo técnico do IPECE;
- ii. Espaço Físico no IPECE para as realizações de treinamentos para o uso dos produtos, incluindo um computador e um projetor do tipo data show.

## **10. GESTÃO DA CONSULTORIA**

A coordenação, supervisão e recepção dos trabalhos, serão executadas pela Contratante através de equipe técnica composta por membros do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE.

Uma vez recebidos, os produtos serão submetidos à análise da equipe técnica do IPECE para aprovação ou recomendações. Produtos devolvidos com recomendações, uma vez revisados e novamente submetidos, estarão sujeitos a nova análise para aprovação.

## **11. COMUNICAÇÃO**

A empresa contratada deverá indicar a sistemática de comunicação a ser estabelecida entre a empresa e a equipe técnica do IPECE no sentido de que o trabalho se desenvolva dentro do cronograma proposto e todos os obstáculos sejam solucionados tempestivamente. Nesse sentido, a contratada informará os meios, instrumental e formato a ser implantado no decorrer do trabalho.

## **12. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS**

**Produtividade:**

---

**Nicolino Trompieri Neto**  
Analista de Políticas Públicas do IPECE  
Email: nicolino.trompieri@ipece.ce.gov.br  
Telefone: (85) 3101 3505

**Inflação Interna:**

---

**José Freire Júnior**

Analista de Políticas Públicas do IPECE

Email: [jose.freire@ipece.ce.gov.br](mailto:jose.freire@ipece.ce.gov.br)

Telefone: (85) 3101 3511